



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – 2023

DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO ENTRE SUJEITOS SOCIAIS: UM ESTUDO DAS OCUPAÇÕES EM FEIRA DE SANTANA ENTRE 1980 E 1990.

João Pedro Nascimento Pereira¹; Júlia Santos Pinho²; Janio Santos³;

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: pedronascimento Pereira8@gmail.com
2. Bolsista CNPq/UEFS, Graduanda em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: juliasantos9126@gmail.com
3. Janio Santos, Doutor em Geografia, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: janiosantos@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Feira de Santana; Ocupação; Espaço Urbano; PLANOLAR

INTRODUÇÃO

As ocupações urbanas são uma realidade presente no Brasil há décadas e estão diretamente relacionadas à problemática do acesso à moradia. As razões que levam a ocorrência dessas ocupações são diversas e complexas, mas em geral estão relacionadas à falta de políticas públicas efetivas para garantir o direito à moradia adequada para toda a população. Mineiro (2020) destaca que as políticas habitacionais no Brasil favorecem a financeirização do setor imobiliário e a exclusão de grande parte da população do acesso à moradia, o que tem impulsionado a luta por moradia e a ocupação de espaços urbanos. E Lelis (2016) fala que as ocupações urbanas possuem uma dimensão poética e territorial, uma vez que a luta por moradia também é uma luta por espaço na cidade e por uma vida digna, o que Nascimento (2016) considera uma forma de dissenso, questionando a lógica da propriedade privada e da exclusão social.

O município de Feira de Santana tem 616.219 habitantes (IBGE, 2022), está situado no estado da Bahia e possui três rodovias de alto tráfego, são elas: BR-116, BR-101 e BR-324. A presença dessa malha viária possibilita a sua ligação com outras cidades, não só do seu entorno, mas com as partes Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. A instalação de dois projetos industriais, que foram: o Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) e o Centro Industrial do Subaé (CIS), intensificou profundas mudanças na urbanização, trazendo o discurso do progresso, advindo da indústria e do êxodo rural. Nesse contexto, vários migrantes vinham em busca de conquistar essas oportunidades, principalmente moradia, que é o foco principal deste artigo, que visa analisar as ocupações presentes na cidade de Feira de Santana, partindo desde o ponto de sua formação, mas principalmente entendendo quem são as pessoas que fizeram parte do movimento de ocupação e que estão presentes até hoje.

MATERIAIS E METODO

Para compreender a dinâmica do crescimento urbano, foi necessário a busca por referências. Para a realização deste trabalho tornou-se necessário a realização de um levantamento bibliográfico através de livros, teses e artigos que abordam temas como habitação e ocupações. Posteriormente, a partir de Santana (2022), que delimitou e mapeou

algumas ocupações, foi desenvolvido o trabalho de campo, no qual visitou-se 33 ocupações, sendo possível delimitar as áreas com mais precisão, identificar a história da ocupação, através do conhecimento dos entrevistados, e traçar o perfil, caracterização socioeconômica e identificação de gênero, raça, etc. Também foram feitas 66 entrevistas, registradas em áudio e posteriormente sintetizadas de forma escrita.

AS FACES DAS OCUPAÇÕES NO BRASIL.

As ocupações urbanas são uma ação coletiva de ocupar e utilizar o espaço urbano, muitas vezes, de forma precária e/ou irregular, na tentativa de garantir o direito à moradia e a cidade. Elas são uma forma de resistência da população que vive marginalizada diante da falta de acesso à moradia adequada, da especulação imobiliária, do processo de gentrificação, das políticas habitacionais insuficientes, etc.

Mineiro (2018) ressalta que a financeirização do mercado imobiliário tem gerado segregação socioespacial e o aumento dos preços dos imóveis nas cidades, o que tem favorecido o crescimento das ocupações urbanas. O autor destaca que a especulação imobiliária tem contribuído para essa segregação, com a expulsão de parte da população de baixa renda para as periferias, e o aumento da gentrificação em áreas centrais.

Portanto, o setor imobiliário no Brasil é um fator para o surgimento das ocupações urbanas. Isso ocorre porque a lógica financeira tem incentivado a construção de empreendimentos imobiliários voltados para as classes média e alta, e não supre a demanda da população de baixa renda por moradia. Além disso, as políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda, muitas vezes, são insuficientes ou ineficazes, o que reforça a necessidade de ocupações urbanas como forma de acesso à moradia.

Essas ocupações não são apenas uma forma de luta por moradia, mas também uma forma de luta cultural e territorial, na medida em que a cidade é o espaço de vivência, afirmação de identidade e construção de cidadania. Portanto, representam um modo de reivindicar o direito à cidade e à moradia adequada, além de ser uma ação política e social que revela as contradições e as desigualdades que estão presentes nas áreas urbanas. Elas são um problema social que envolve questões políticas, econômicas e jurídicas.

OCUPAÇÕES URBANAS E O PLANOLAR

A busca por moradia em Feira de Santana, a ocupação do espaço urbano, tornou-se pauta para aqueles que vieram em busca do dito progresso. Mas esses encontraram dificuldades para habitar a cidade, pois os interesses dos empresários e da elite local chocavam com os seus. E com apoio do Poder Público, as classes médias e altas foram beneficiadas, enquanto zonas periféricas ou que não possuíam alto interesse da especulação imobiliária foram destinadas para esse grupo de trabalhadores que chegavam à cidade (Santos, Santos e Reis, 2021).

As ocupações, ao longo de 1970 e 1990, assumem múltiplas dimensões em Feira de Santana. Não apenas a ocupação física do espaço, mas também a ocupação simbólica dos trabalhadores que, por meio de suas lutas, buscam afirmar seus direitos e dignidade. Um reflexo das aspirações da classe trabalhadora que representa uma resposta às adversidades econômicas e sociais da época.

O período que abrange a década de 1960 até 1973 mostra como o processo de expansão urbana experimentou um notável crescimento, especialmente nas regiões localizadas no interior do Anel de Contorno, com ênfase na parte leste da cidade. A expansão urbana até o ano de 1983 adquiriu um caráter mais proeminente. Os setores secundário e terciário exerceram impactos significativos sobre o mercado de trabalho, resultando, como

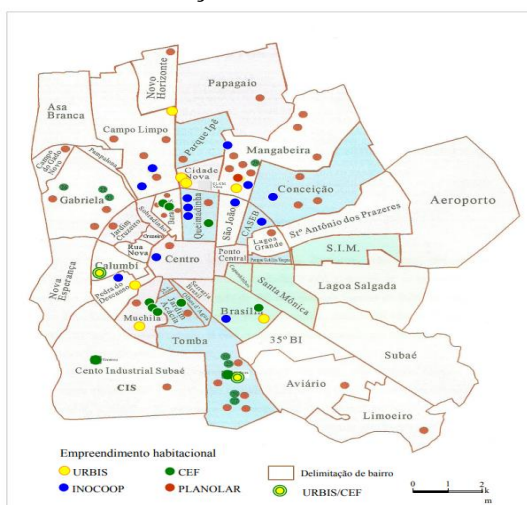
consequência direta, na atração de um considerável contingente populacional para a cidade. Esse influxo populacional se refletiu na ocupação do território urbano e ultrapassou os limites originalmente estabelecidos para a Avenida do Contorno (Teles, 2020). Santo (2003) destaca também essa expansão além do anel viário após 1970 e pontua ainda sobre como as ocupações ocorreram, para as classes mais pobres, em áreas próximas as lagoas, sendo aterradas e loteadas.

Enquanto as ocupações urbanas ilustram a dinâmica social, o planejamento urbano também desempenhou um papel crucial no processo. Iniciativas de programas habitacionais por parte dos governos estadual e local são notadas na história da cidade de Feira de Santana. Ocorreram três projetos, em tese, para padronizar o espaço urbano e resolver o problema do acesso à moradia: projeto da empresa de Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS), conhecidos como Feira I e II (atual Cidade Nova), Feira III (Jomafa), Feira IV, Feira V (Arnold Silva), Feira VI (Aurélio Filho), Feira VII, Feira IX e Feira X, o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e o Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR) (Santo, 2012).

O projeto que irá estar em foco deste texto é o Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR), promulgado pela Lei nº825 de 1977, que criou em conjunto a Diretoria de Habitação sendo sancionada pelo então prefeito Colbert Martins da Silva. Destinado as famílias de baixa renda, foi um programa municipal que subsidiou a construção de casa própria para esses sujeitos. Como consta no Art 4º e Parágrafo Único, ‘‘Os terrenos referidos neste artigo serão utilizados prioritariamente com o fim de remanejar moradores das áreas consideradas "invasões". (Feira de Santana, 1977).

O Plano consistia na distribuição de lotes, de materiais de construção e com um sistema de construção baseado em mutirões, realizado pelos próprios moradores que receberam os lotes. Carmo (2009) baseado nos dados do Projeto sobre Planejamento Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS) de 2001, situa que entre 1977 e 1982, em tese, cerca de 600 unidades foram construídas em sete núcleos habitacionais diferentes, sendo eles: França, Caribe, Campo Limpo, Gabriela, Aviário, Jardim Icó e Jardim Sucupira. (mapa 1) Ainda conforme Carmo (2009), entre 1983 e 1987, mais 496 unidades através do Projeto Mutirão foram realizadas, mas agora distribuídas entre a cidade-sede e os distritos, e que no período de 1988 até 1992 o projeto concluiu a distribuição de 4.286 lotes.

Mapa 1: Áreas de localização de empreendimentos do CEF, INOCOOP, URBIS, URBIS/CEF e de doações do PLANOLAR



Fonte: OLIVEIRA, 2004, p. 174.
Adaptação: SANTO, 2012.

Silva (2015), acerca do último ponto, destaca muito como na administração do prefeito Colbert Martins algumas pessoas recebiam benefícios nas áreas do Programa, seja com cargos para administração do conjunto ou então com recebimento de materiais, e caracteriza assim mais como uma ferramenta política para angariar votos das pessoas em situação precária, do que propor de fato uma resolução do problema de déficit habitacional. Lima (2019) partilha da visão dos autores citados anteriormente e faz um destaque que, no período, essa tática foi a afirmação de um novo modelo de política, um modelo de governo popular, e que isso rendia grande prestígio para os políticos com a grande massa operária e trabalhadora que buscava adquirir um imóvel próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações estão localizadas por todas as zonas de Feira de Santana, tanto dentro quanto fora do Anel Viário que contorna a cidade. Um ponto em comum nas ocupações é o processo de surgimento, que derivou do movimento migratório, em que diversas pessoas advindas do campo e em busca por melhores condições de vida se fixaram na cidade. Essas pessoas não possuíam renda suficiente para obtenção de moradia, tendo em vista o alto custo da mesma, sendo assim, se instalavam em espaços, na cidade, ociosos e/ou que não estavam cumprindo a sua função social, e a partir desse processo surgiram as primeiras ocupações.

Outro ponto é a falta de infraestrutura e assistência pública na estruturação das mesmas. Durante as entrevistas, foram relatadas áreas extremamente precárias, onde não se tinha acesso à água de qualidade, energia elétrica, saneamento básico, saúde, dentre outros. Porém, constatou-se também que, no decorrer dos anos, esse cenário vem se modificando, pois, com a consolidação e lutas dos moradores das ocupações, as instâncias governamentais passaram a dar assistência, mesmo que minimamente, a parte das necessidades básicas dos moradores.

REFERÊNCIAS

IBGE. Sidra: Banco de dados: População 2022. Disponível em:<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2023.

LELIS, N. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 428, 2016.

MINEIRO, A. B. Políticas Habitacionais e a Luta das Ocupações Urbanas no Brasil: Desigualdade, Financeirização e Insurgência nas/das Cidades. *Temporalidades*, Belo Horizonte, Edição 32, Vol. 12, n.1, jan./abr., 509-535, 2020.

NASCIMENTO, D. M. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole*, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 145–164, 2016.

SANTANA, T. Transformações e Ocupações Urbanas entre 1960 e 1980 em Feira de Santana - Ba. Feira de Santana - Ba, UEFS, 2022 (Relatório de Iniciação Científica).

SANTOS, C. D. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, v. 5, n. 1, p. 177-190, 2009.